



ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEGED

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se o presente, em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal nº 10.024/2019, artigo 6º, § 1, item III do Decreto Federal nº 5.296/2004 (Atendimento a pessoa com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), no Decreto Federal nº 5.626/2005 (Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras) e na Resolução CNJ nº 401/21 (Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário) para fins de contratação, mediante pregão eletrônico, de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação em Libras (Tradução/Interpretação de Libras/Português) via Transmissão de áudio, vídeo, texto (chat) e telefonia em tempo real entre o Usuário, os intérpretes designados pelo Serviço e a pessoa ouvinte, para fins de oferta ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Serviço de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes humanos conectados remotamente, com uso de plataforma digital, disponibilizado via Internet para pessoas com deficiência auditiva, alcançando todos os pontos de atendimento ao cidadão disponíveis na Justiça eleitoral de Rondônia, visando a garantia, conforme legislação em vigor, da acessibilidade de comunicação aos cidadãos que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2.1. Modalidades de acesso ao serviço:

2.1.1. Atendimento de cidadãos em balcões, audiências e interações com a Justiça Eleitoral;

2.1.2. Interpretação síncrona de eventos presenciais ou transmitidos em plataformas digitais.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. DA OPORTUNIDADE – Segundo dados do IBGE, em 2010, já haviam mais de 9 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil.

Nesta perspectiva, considerando os atendimentos realizados pela Secretaria do Tribunal e Cartórios Eleitorais, verifica-se a importância da interação, da informação e da comunicação de modo cuidadoso e responsável, procurando atender a todas as pessoas, sobretudo aquelas pessoas surdas, com deficiência auditiva ou deficiência sensorial, que buscam atendimento e informações. Ao mesmo tempo, os eventos realizados pela Justiça Eleitoral em Rondônia, que compreendem palestras, treinamentos e interações com o público externo de diversas naturezas, carecem de acessibilidade para esse público.

Visando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência auditiva ou surdas e atendendo à legislação em vigor, cabe a este Tribunal prover meios para acesso à comunicação e à informação.

Assim, mostra-se necessária a contratação do serviço de Intermediação em Libras, SIL.

O serviço atenderá ao disposto na Res. CNJ 401/2021, que dispõe sobre a acessibilidade a ser implementada no Poder Judiciário.

3.2. DOS LOCAIS DE ATENDIMENTO – por se tratar de plataforma digital, o atendimento se dará em todo o estado de Rondônia.

3.3. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO - A presente contratação também materializa o Objetivo Estratégico “Garantia dos Direitos Fundamentais”, na medida em que proporciona inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva.

4. SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO EM LIBRAS – SIL

4.1. Os serviços consistem na mediação da comunicação entre o cidadão surdo, pessoas com deficiência auditiva, usuário ou não de LIBRAS e ouvinte. Esse serviço ocorrerá na modalidade virtual

sendo: Tradução/Interpretação de Libras/Português via Transmissão de áudio, vídeo, texto (chat) e telefonia em tempo real entre a pessoa com deficiência auditiva, os intérpretes designados pelo Serviço e o Ouvinte.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O serviço consiste na disponibilização de intérpretes de Libras e linguagem de sinais nativa, com o fim de intermediar os atendimentos e serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Rondônia aos cidadãos, com o uso de recursos tecnológicos para atendimento remoto, conforme descrito no item 9.

5.2. O serviço deve estar disponível nos dias e horários descritos no item 17;

5.3. Os intérpretes disponíveis deverão ser profissionais habilitados, certificados e com experiência comprovada por meio de atestados de capacidade técnica ou certificado de atuação como intérpretes em eventos;

5.4. O serviço deve ser acessado por meio de dispositivos móveis ou qualquer dispositivo habilitado para acesso à internet;

5.5. O serviço poderá ser acessado por meio de link a ser disponibilizado na página do TRE-RO;

5.6. O serviço deverá manter-se ativo ininterruptamente, cabendo à contratada prover os meios necessários de infraestrutura tecnológica e segurança para esse fim.

6. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá atender as seguintes condições:

6.1. Todas as ferramentas disponibilizadas devem contemplar a opção do idioma Português (brasileiro);

6.2. A CONTRATADA deverá prover documentação técnica e de treinamento, mantendo essas capacitações em meio digital para que possam ser acessados por novos integrantes da equipe da CONTRATANTE, sempre que necessário; e

6.3. A CONTRATADA deverá comprovar, por meio de seu Contrato Social que atua no fornecimento de mão-de-obra especializada em TRADUÇÃO, INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS (CNAE 7490-1/01) .

7. ARQUITETURA MACRO DA SOLUÇÃO

7.1. A solução deve ser desenhada para atender de forma segura e eficiente a intermediação da comunicação entre os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a parcela da população a ser atendida;

7.2. A plataforma deverá receber chamadas via website, por meio de dispositivos que admitam conexão através da Internet;

7.3. O serviço deverá atender cidadãos que busquem a Justiça Eleitoral em eventos síncronos transmitidos digitalmente, ou eventos presenciais, atendimentos de balcão, audiências, entrevistas e outras atividades que exijam a comunicação interna ou externa;

7.3.1. As atividades de atendimento ao público que ocorrem em balcões de atendimento, seções eleitorais, locais de votação poderão ocorrer sem prévio agendamento do serviço;

7.3.2. As atividades de entrevistas, capacitações, transmissões de eventos, eventos não transmitidos via Internet mas que comportem público externo, cuja duração estimada seja superior a 20 minutos, deverão ser previamente agendadas pela CONTRATANTE, para que a CONTRATADA disponibilize mais de um intérprete para atender simultaneamente;

7.4. O serviço poderá ser acessado pelo cidadão por meio de *links* disponibilizados em meios digitais, códigos digitalizáveis (QR-Code) ou outros acessos disponibilizados pela CONTRATADA, conforme a tecnologia disponível;

7.5. O serviço deverá contar com atendentes disponíveis em quantidade suficiente para a realização de, no mínimo, dez atendimentos simultâneos;

7.6. O serviço deverá contar com atendentes capazes de realizar interpretação na Língua Brasileira de Sinais e em língua sinalizada nativa (para o caso do atendimento ser necessário para surdos não alfabetizados em Libras).

8. REQUISITOS FUNCIONAIS DE SOFTWARE

8.1. As funcionalidades disponíveis na plataforma deverão atender aos seguintes requisitos:

8.1.1. Estar apta a receber acessos via Internet, possuindo compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, Linux, MacOS, Android e iOS originados pelos usuários de qualquer computador com acesso à Internet ou telefone móvel, através de navegador padrão de mercado;

8.1.2. Permitir o cadastramento de usuários que manterão os controles de uso, terão acesso a relatórios e configurações, criando para cada um deles uma conta com controle de acesso e senha;

8.1.3. Para concluir o cadastramento, o usuário deverá aceitar os termos de uso da solução, cuja redação será definida pela Contratante;

8.1.4. Possibilitar o cadastramento de Atendentes, Supervisores e Administradores com controle de acesso por usuário e senha;

8.1.5. Permitir a alteração da senha pelo próprio usuário;

8.1.6. Permitir o bloqueio de acesso para o caso de tentativas de acesso indevido;

8.1.7. Permitir a criação de filas de atendimento prioritárias e emergenciais, possibilitando ao administrador incluir, alterar, excluir e gerenciar em qualquer momento, sem a necessidade de alteração na Solução;

8.1.8. Permitir o monitoramento em tempo real das filas de atendimento;

8.1.9. Exibir ao usuário sua posição na fila de atendimento, atualizando automaticamente sempre que essa posição for alterada;

8.1.10. Permitir ao atendente realizar transferência de atendimentos entre filas e atendentes;

8.1.11. Permitir a gravação do atendimento;

8.1.12. Permitir dentro de um único atendimento a comunicação simultânea de no mínimo 3 (três) pessoas em conferência;

8.1.13. Permitir que o usuário receba mensagens de texto ou vídeo em sua caixa postal, assim que realizar o acesso à Solução;

8.1.14. O Aplicativo de acesso deverá ter layout Whitelabel, podendo ser customizado, tanto no website, quanto nos dispositivos móveis de seus usuários;

8.1.15. Possuir módulo de consultas gerenciais por nível de autorização, definido no controle de acesso;

8.1.16. Fornecer relatórios informativos contendo estatísticas para avaliação da prestação dos serviços contratados. Tais informativos devem estar disponíveis em tempo real;

8.1.17. Possibilitar emissão de relatórios com o número de usuários na fila, a qualquer momento e em tempo real;

8.1.18. Possibilitar relatório com tempo mínimo, médio e máximo dos atendimentos;

8.1.19. Possibilitar relatório com número de atendimentos em períodos variáveis;

8.1.20. Possibilitar relatório de todas as chamadas realizadas para o atendimento virtual em determinado período, com a identificação do atendido, data, horário, duração do atendimento e destino ou natureza da chamada (serviços públicos);

8.1.21. Possibilitar a emissão de relatório com número e relação de chamadas atendidas e não atendidas;

8.1.22. Possibilitar a emissão de relatório com tempo médio de espera para ser atendido;

8.1.23. Possibilitar a emissão de relatórios e gráficos dos atendimentos;

8.1.24. Possibilitar relatórios georreferenciados por tipo de atendimento com base no endereço do cadastro do usuário;

8.1.25. Manter as gravações em armazenamento pelo período de 12 meses de todos os atendimentos realizados;

8.1.26. Possuir banco de dados compatível com a plataforma disponível no mercado;

9. ATENDIMENTO

9.1. O atendimento na modalidade virtual deverá ser realizado através de tecnologia de transmissão de vídeo, áudio, texto e telefonia em tempo real entre o cidadão e o SIL e deverá possibilitar acesso aos usuários das seguintes formas:

9.1.1. Através de acesso dos navegadores disponíveis no mercado, por meio de computadores, notebooks, tablets, via website utilizando navegadores padrão de mercado; ou

9.1.2. Através de aplicativo instalado em smartphones e tablets.

9.2. O sistema deverá informar ao usuário sua posição na fila de atendimento escolhida. Durante o

tempo de espera na fila de atendimento a Solução deverá permitir a exibição de vídeos institucionais contendo mensagens em Libras e texto;

9.3. A Solução deverá permitir a criação, alteração e exclusão de serviços de atendimento de acordo com as necessidades da Contratante.

9.4. Acesso através de aplicativo

9.4.1. Deverão ser disponibilizados adicionalmente aplicativos do SIL para os principais sistemas operacionais (IOS e Android);

9.4.2. Após fazer o download e a instalação do aplicativo, o usuário deverá efetuar seu cadastro, informando seus dados pessoais e definindo sua senha pessoal;

9.4.3. Ao iniciar o aplicativo, o usuário deverá informar seu login e senha, e então escolher o tipo de atendimento desejado;

9.5. Usuários ou não de Libras

9.5.1. Atendimento em 2 (dois) pontos (onde Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva e o Ouvinte estão no mesmo local fisicamente enquanto o Intérprete está no Serviço de Interpretação de Libras);

9.5.1.1. O usuário surdo deverá visualizar o Intérprete por vídeo ao mesmo tempo em que o Intérprete se comunicará com o usuário ouvinte através de telefone ou áudio do equipamento que está realizando a conexão;

9.5.1.2. O Intérprete deverá expressar em Português por áudio aquilo que o usuário sinalizar, e deverá sinalizar em Libras para o usuário através de vídeo o que for falado pelo Usuário ouvinte;

9.5.2. Atendimento em 3 (três) pontos (onde Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva, Ouvinte e Intérprete estão cada um em um local diferente);

9.5.2.1. O usuário surdo e o Intérprete deverão se visualizar por vídeo;

9.5.2.2 O usuário informará para o Intérprete o número do telefone da unidade da Secretaria do TRE - RO ou do Cartório Eleitoral para qual ele quer ligar;

9.5.2.3. O Intérprete deverá realizar a chamada telefônica para o número informado e se comunicar com o servidor (ouvinte);

9.5.2.4. O Intérprete deverá falar pelo telefone tudo que o usuário sinalizar, e sinalizar em Libras para o usuário através de vídeo o que foi falado pelo servidor ouvinte;

9.5.3. Surdos oralizados ou Pessoas com Deficiência Auditiva (falam, mas não ouvem)

9.5.3.1. Atendimento em 2 (dois) pontos (onde Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva e Ouvinte estão no mesmo local fisicamente e o intérprete será acessado pelo aplicativo);

9.5.3.1.1. O usuário surdo deverá visualizar o Intérprete por vídeo ao mesmo tempo em que o Intérprete se comunicará com o servidor (ouvinte) através de telefone ou áudio do equipamento que está realizando a conexão;

9.5.3.1.2. O Intérprete deverá sinalizar em Libras para o usuário através de vídeo o que foi falado pelo ouvinte;

9.5.3.2. Atendimento em 3 (três) pontos (onde o Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva, Ouvinte e Intérprete estão cada um em um local diferente);

9.5.3.1. A Solução/aplicativo deverá permitir ligações de áudio onde o Surdo ou a Pessoa com Deficiência Auditiva se comunica utilizando a sua própria voz;

9.6. Atendimento a eventos e interações síncronas

9.6.1. A Contratante agendará com antecedência de 48 horas, em período não eleitoral, e 24 horas em período eleitoral, a necessidade de intérpretes contendo:

a) o nome do evento;

b) dia, hora e local do evento;

c) estrutura a ser utilizada para o evento e para que as apresentações, falas e telas sejam disponibilizadas em tempo real para os intérpretes;

d) quantidade de facilitadores e palestrantes e outras informações que se fizerem necessárias;

e) duração estimada do evento.

9.6.2. A Contratada providenciará a quantidade de intérpretes necessários para a tradução ao vivo da atividade, com antecedência mínima de 15 minutos, para verificações de tecnologia e testes;

9.6.3. A Contratante gerará os links e códigos de acesso para que os cidadãos possam acionar a

plataforma, quando necessário;

9.6.4. A tradução simultânea será transmitida, via aplicativo, para os dispositivos do cidadão;

9.6.5. Será disponibilizado, ao final da transmissão, um link para avaliação da qualidade da transmissão e tradução;

9.6.6. Caso a configuração do evento ou a disponibilidade tecnológica exigirem mudanças na forma de transmissão de eventos síncronos, a CONTRATADA, em comum acordo com a CONTRATANTE, poderá propor diferentes configurações para garantir que a pessoa surda seja plenamente atendida.

10. DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO AOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS

10.1. A CONTRATADA deve disponibilizar, na sua integralidade, o atendimento do item 7, e no mínimo, 90% das ferramentas requeridas nos demais itens, mediante validação positiva dos itens requisitados, neste Termo de Referência;

10.2. Canais Digitais: A CONTRATADA deverá disponibilizar os componentes de Software referentes à funcionalidade dos itens inerentes aos recursos de interação entre a CONTRATANTE e o Cidadão, a saber:

10.2.1. Aplicativo Móvel;

10.2.2. Portal WEB;

10.2.3. CHAT.

10.3. Qualquer ocorrência imprevista ou erro na Solução disponibilizada, deverá ser corrigida pela CONTRATADA em até 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da comunicação do fato;

11. AUDITORIA E CONTROLE

11.1. A Solução deve possuir ferramenta de administração web com mecanismos de log, rastreamento e auditoria de todas as transações e funcionalidades disponíveis na Plataforma SIL.

12. RELATÓRIOS

12.1. A CONTRATADA deve fornecer ferramenta de Administração Web através de interface gráfica de usuário (GUI), customizável com a identidade visual de sistemas da Contratante, por meio da qual deverá ter acesso a todos os relatórios de atendimento e de tráfego telefônico, os quais devem fornecer os mesmos dados disponibilizados por uma plataforma de call center, tais como:

12.1.1. Dados de acesso, contemplando as informações de:

12.1.1.1. Usuário

12.1.1.2. Data e hora do acesso

12.1.1.3. Telefone de destino

12.1.2. Dados de Atendimento, contemplando:

12.1.2.1. Tempo Médio de Ocupação - TMO

12.1.2.2. Tempo Médio de Atendimento – TMA

12.1.2.3. Tempo Médio de Espera – TME

12.1.2.4. Número de destino e duração das chamadas do SIL ao destino.

12.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar online, à Contratante, todos os relatórios diários, semanais e mensais.

13. INCIDENTES E REQUISIÇÕES

13.1. Deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, um modelo de Operação e Suporte para tratamento de incidentes, problemas, mudanças, requisições de serviço, e demais disciplinas com base na Biblioteca ITIL®;

13.2. TRATAMENTO DE CHAMADOS

13.9.1. A CONTRATADA deverá apresentar por escrito sua proposta do processo de Operação e Suporte, ou seja, abertura de chamado, acionamento, escalonamento, feedback, etc.

13.9.2. Devem ser prestados, pela CONTRATADA, os seguintes níveis de suporte:

13.9.2.1. Nível 1:

13.9.2.1.1. Help Desk com atendimento em português/LIBRAS para suportar os clientes em:

13.9.2.1.2. Abertura de chamados.

13.9.2.1.3. Tratamento de falhas.

13.9.2.1.4. Esclarecimento de dúvidas.

13.9.2.1.5. Monitoramento das aplicações.

13.9.2.1.6. Escalonamento de falhas.

13.9.2.2. Nível 2:

13.9.2.2.1. Equipe de Suporte para resolução de incidente/problemas.

13.9.2.2.2. Gestão de Mudanças.

13.9.2.2.3. Suporte a infraestrutura.

13.9.2.2.4. Gestão de Backup.

12.9.2.3. Nível 3:

13.9.2.3.1. Equipe de Suporte Especializada.

13.9.2.3.2. Correção de *BugFix*.

13.9.2.3.3. Novas funcionalidade/upgrades.

13.10. Deverá ser provida ferramenta de gestão de mudanças e de chamados.

13.11. Deverá ser disponibilizada uma ferramenta para abertura, tratamento, acompanhamento e gestão de chamados para a solução. A ferramenta deverá permitir a extração de relatórios como volumetria e tempo de atendimento de chamados.

13.12 Toda a arquitetura e suporte à infraestrutura da solução será de responsabilidade da CONTRATADA.

13.13 As atividades dispostas nos três níveis de atendimento poderão ser alteradas em função da proposta da CONTRATADA, desde que, sejam aprovadas pela Contratante.

13.14. SOBRE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO PELA CONTRATADA:

13.14.1. A parametrização da pesquisa de satisfação é de responsabilidade da CONTRATADA. Pesquisa de satisfação a fim de mensurar o nível dos serviços prestados, tendo por base a manifestação do usuário.

13.14.2. IPS – Índice de Pesquisa de Satisfação: 80% de aprovação quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA, do universo entrevistado.

13.14.3. O índice de satisfação será medido da seguinte maneira: Pesquisa de satisfação mensal, por meio de formulário disponível da página do serviço, elaborado pela CONTRATADA e validado pela Contratante.

13.14.3.1. Tempo Médio de Espera – TME: atendimento de 70% das chamadas em até 10 segundos (70/10).

13.14.3.2. Taxa de abandono das ligações inferior a 8%.

13.14.3.3. Qualidade da interpretação, conforme a destreza, facilidade de entendimento, tempo de resposta.

14. INFRAESTRUTURA

14.1. A Solução deve estar apta a integrações com sistemas da Contratante preferencialmente via Web Service. Contudo, a CONTRATADA poderá sugerir outras formas de integração que serão validadas pela CONTRATANTE.

15. TREINAMENTO

15.1. A CONTRATADA deverá prever na proposta de solução, vídeo em LIBRAS e em Português, de caráter orientativo para a capacitação dos usuários, inclusive com deficiência auditiva, a ser disponibilizado nos websites da Contratante, bem como no Aplicativo para os smartphones, devendo apresentar layout *whitelabel*, a ser customizado pela CONTRATANTE;

15.2. Os vídeos devem possuir padrão de qualidade que siga as melhores práticas de mercado, devendo ser objeto de aprovação prévia da Contratante. E, poderão ser atualizados de acordo com as necessidades da Contratante.

16. POLITICA DE PRIVACIDADE E DADOS DOS USUÁRIOS



16.1. Os dados dos usuários deverão ser utilizados apenas para prover a intermediação da comunicação e devem ser mantidos de forma segura, íntegra e sigilosa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

16.2. Os dados dos clientes devem ser obtidos de forma justa e legal, de acordo com a legislação brasileira e dos termos e condições de uso da Solução.

17. DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. O funcionamento do Serviços de Intermediação em Libras - SIL ocorrerá das 07h às 18h em dias úteis, conforme horário de Rondônia;

17.2. Nos meses de agosto a novembro, em anos eleitorais, das 07h às 22h, de segunda a domingo, conforme horário de Rondônia.

18. COBERTURA DO ATENDIMENTO

18.1. Os serviços da CONTRATANTE estão disponíveis para Cidadãos usuários dos serviços da Justiça Eleitoral de Rondônia.

19. SEGURANÇA

19.1. A CONTRATADA deve classificar cada ativo que seja parte do Sistema quanto à importância, ameaças, vulnerabilidades e riscos envolvidos.

19.2. A CONTRATADA deve manter toda e qualquer forma de documentação em um local seguro, bem como a documentação relacionada ao esquema de licenciamento.

19.3. A CONTRATADA deve atribuir dupla custódia às contas administrativas.

19.4. A CONTRATADA deve inicializar os serviços por contas de usuários não padrão, locais e sem privilégios administrativos.

19.5. A CONTRATADA deve verificar periodicamente os arquivos de inicialização quanto a sua integridade e a existência de comandos maliciosos.

19.6. A CONTRATADA deve criar uma rotina de auditoria para verificação dos usuários cadastrados no servidor.

19.7. A CONTRATADA deve assegurar que todos os usuários do Sistema sejam devidamente cadastrados, e-mail, dados cadastrais, entre outros.

19.8. Deve desabilitar todos os protocolos e serviços que não sejam estritamente necessários ao provimento do serviço do contrato.

19.9. Deve permitir ao usuário que altere sua própria senha, que deve conter pelo menos 8 (oito) caracteres entre numéricos e alfanuméricos, com políticas, regras de formação, expiração e troca de senhas configuráveis.

19.10. Deve restringir a exibição da senha enquanto ela estiver sendo digitada por opção do usuário.

19.11. Deve possibilitar que a senha do usuário seja alterada no primeiro login, em sendo o caso definido como aplicável.

19.12. Deve possuir controle de histórico de senhas, evitando que as últimas senhas sejam reutilizadas. A quantidade das últimas senhas que não podem ser utilizadas deve ser parametrizável.

19.13. Deve permitir personalizar o período, em dia, de expiração da senha do usuário.

19.14. Deve permitir o bloqueio de usuário.

19.15. Deve armazenar as senhas de forma criptografadas.

19.16. Deve impedir que o log possa ser modificado por qualquer tipo de usuário. A geração do log não deve impactar na performance da aplicação.

19.17. Deve utilizar sistemas de prevenção de intrusão (IPS) em pontos críticos do ambiente no intuito de mitigar riscos de exploração de falhas, ataques de negação de serviço, violação da segurança perimetral, entre outros.

19.18. Deve gerar log de acesso e este deverá ser armazenado no período de no mínimo 5 (cinco) anos. Este log deve permitir trilha de auditoria, tanto para o aplicativo, banco de dados e sistema operacional.

19.19. Deve permitir que a Contratante, desde que agendado e acordado previamente, realizem testes de segurança no ambiente e/ou análises de risco e conformidade, incluindo, mas não se limitando, às dependências físicas do prestador.

19.20. A CONTRATADA deve garantir que os equipamentos empregados na intermediação do SIL

devem garantir fidelidade, sigilo, confidencialidade e integralidade das mensagens.

19.21. A CONTRATADA, em sua proposta, deve prever recursos tecnológicos e facilidades necessários à suspensão de sigilo de telecomunicações, determinada por autoridade judiciária ou legalmente investida desses poderes, e manter controle permanente de todos os casos, acompanhando a efetivação dessas determinações e zelando para que elas sejam cumpridas dentro dos estritos limites autorizados, nos casos que lhe couber.

20. IDENTIDADE VISUAL

20.1. O Portal de Gestão deverá obedecer aos padrões de identidade visual da Contratante;

20.2. Todos os layouts e interfaces deverão ser objeto de aprovação da CONTRATANTE.

21. DA DOCUMENTAÇÃO:

21.1. Todas as configurações de rede relacionadas aos recursos e regras das soluções de “firewall”, referentes às conexões com a CONTRATADA devem ser documentadas e disponibilizadas à CONTRATANTE toda vez que ocorrer alteração nas configurações.

22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

I - O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

II - De acordo com o art. 6º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

III - São critérios de sustentabilidade do corrente processo:

a) será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato;

b) o uso de meios digitais para a comunicação entre as partes, com assinaturas digitais, sempre que possível.

22.1. Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

A contratação obedece aos critérios do **ODS 10: Redução das desigualdades**, bem como ao **ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes**, por priorizar o atendimento igualitário de pessoas com deficiência auditiva e promover eficácia no atendimento ao cidadão.

23. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

23.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ __. __. __ (____), conforme detalhamento contido na _____, juntada no evento _____ e reproduzida apenas no essencial no quadro adiante:

Quadro 1. Pesquisa de mercado, estimativa por hora de interpretação

(...)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Quadro 2. Estimativa de valor da contratação

2022					
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS MENSAIS (A)	VALOR POR HORA ESTIMADO UNITÁRIO (B)	QUANTIDADE ESTIMADA EM HORAS PARA 2 MESES (2022) (C)	VALOR TOTAL MENSAL (D = A X B)	VALOR TOTAL EM 2022 - 2 MESES (E = D X 2)
Serviço de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes conectados remotamente, com uso de plataforma digital, nas modalidades: a) Atendimento de cidadãos em balcões, audiências e interações com a Justiça Eleitoral; b) Interpretação síncrona de eventos presenciais ou transmitidos em plataformas digitais.	40	R\$ _____	80	R\$ _____	R\$ _____
VALOR ESTIMADO - 2022					R\$ _____

2023						
DESCRIÇÃO	MESES	QUANTIDA DE ESTIMADA DE HORAS ME NSAIS (A)	VALOR POR HORA E STIMAD O UNITÁRI O (B)	QUANTIDA DE ESTIMADA DE MESES (C)	VALO R TOTA L MENS AL (D = A X B)	VALOR TOTAL (E = D X C)
Serviço de intermediação em Libras com atendimento por meio de intérpretes conectados remotamente, com uso de plataforma digital, nas modalidades: a) Atendimento de cidadãos em balcões, audiências e interações com a Justiça Eleitoral; b) Interpretação síncrona de eventos presenciais ou transmitidos em plataformas digitais.	Janeiro e fevereiro	Até 5 horas	R\$ _____	2	R\$ __	R\$ __
	Março a outubro	Até 10 horas		8	R\$ __	R\$ __
VALOR ESTIMADO - 2023						R\$

2022/2023

VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$ _____

* Para cálculo da estimativa de valor da contratação foram excluídos o maior e o menor valor praticado.

23.2. Os valores serão contabilizados por minutos de atividade multiplicados pela quantidade de intérpretes envolvidos, de acordo com os relatórios mensais emitidos pelo sistema.

23.3. A disponibilização de códigos distintos para as unidades e pontos de atendimento não será tarifada.

23.4. Da Aderencia Orçamentária

23.4.1. A contratação do serviço de intermediação em Libras, discriminado no presente Termo de Referência, está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo. Observe-se que o valor contido no quadro é estimado, cabendo à Unidade verificar, ao final do processo licitatório, o valor exato a ser contratado para só então buscar os reforços orçamentários que se fizerem necessários:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
ITEM DE DESPESA	Serviço de Intermediação em Libras
DESPESA AGREGADA	
PLANO INTERNO	ADM APOIO
VALOR	R\$ _____ (_____)

24. Estimativa de Atendimento

24.1. A prestação dos serviços é estimada em 170 (cento e setenta) horas anuais de atendimento.

24.2. O atendimento será prestado nos locais designados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Todos os pontos de atendimento serão devidamente sinalizados, indicando a existência do serviço de Intermediação da Comunicação em Libras. A presente contratação remunera os serviços efetivamente prestados pelo tempo efetivo de interpretação sem limitar ou restringir do número de locais de atendimento à população.

25. DO CERTAME LICITATÓRIO

25.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a **modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário e execução indireta, na disputa por lances abertos**, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR.

25.2. DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

I - O valor global do item único de serviços excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto **NÃO** se aplica a regra de exclusividade na participação de ME/EPP disciplinada pelo art. 48, I, da LC n. 123/2006 e pelo art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015.

25.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - A aceitação das propostas obedecerá aos seguintes parâmetros:

a) o valor estimado do item único é o parâmetro máximo de aceitação de preços das propostas, cabendo ao pregoeiro julgar eventual variação na análise do caso concreto.

a1) A proposta apresentada no certame deverá obedecer o **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA** definido em Edital.

a2) As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma definida em Edital - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema

eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

II - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;

III - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço global para prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

25.4 HABILITAÇÃO:

25.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL: De acordo com as regras-padrões do edital.

25.4.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA: Para aferir a capacidade técnica-operacional da licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - No mínimo, 01 (um) **atestado de capacidade técnico-operacional**, em nome da licitante, comprovando a realização de serviços pertinentes e compatíveis em características com os itens 2.1.1 e 2.1.2 do objeto desta licitação.

O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e a identificação do signatário. Os atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito privado PODERÃO ser apresentados com a firma dos subscritores reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade pelo Pregoeiro.

26. DO CONTRATO

26.1. REGRAS GERAIS:

I - Nos termos do artigo 62 da L. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

II - No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar regularidade, podendo emitir certidões em consulta ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade das certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

III - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

IV - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

V - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

VI - A adjudicatária deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da Administração, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da adjudicatária.

VII - O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

VIII - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

IX - À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo edital do certame, aplicam-se o

disposto na L. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a L. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

26.2. VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO E/OU TRANSFERÊNCIA PARCIAL OU TOTAL DO OBJETO A EMPRESAS FRANQUEADAS

I - Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto dos serviços objeto do contrato;

II - Não será permitida a transferência parcial ou total do objeto do contrato a empresas franqueadas pela contratada;

III - Empresas detentoras de franquia empresarial, na forma da legislação vigente, poderão, elas próprias, participar diretamente do certame.

26.3. PRAZO DE VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

II - Justificativa para a prorrogação - SERVIÇOS CONTINUADOS:

a) O caráter contínuo de um serviço (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993) é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

b) Desta forma, o futuro contrato decorrente do certame licitatório poderá ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

c) Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730):

"É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático".

26.4. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

a) O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

26.5 DO REAJUSTE DE PREÇOS

a) Os preços dos serviços objeto deste TR, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

27. GARANTIA CONTRATUAL

27.1. Segundo Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexisterem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissis o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista

dos Tribunais).

27.2. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

27.3 Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário)

27.4. A garantia deverá ter prazo de vigência de até 03 (três) meses após o término da vigência contratual;

27.5. A garantia deverá ser renovada e complementada a cada prorrogação, repactuação ou acréscimo quantitativo do contrato;

27.6. A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades na forma deste TR.

28. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

28.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações do Contrato e das disposições legais que o regem;

28.2. Realizar o acompanhamento do contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

28.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

28.4. Exercer a fiscalização dos serviços indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra;

28.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

28.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

28.7. Aplicar as penalidades previstas no contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

28.8. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

28.9. Indicar e formalizar o(s) responsável (is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços;

28.10. Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento.

28.11. Disponibilizar um servidor para orientar os servidores públicos para o uso do aplicativo do SIL, como também, aos demais interessados, quando necessário.

29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

29.1. Indicar um profissional responsável para exercer a função de interlocutor com a Contratante ao qual caberá à função de responder pela coordenação de todas as atividades propostas neste Termo;

29.2. Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos, salários, benefícios, pró-labore tributos, taxas, tarifas relacionadas com empregados e prepostos e/ou a empresa na prestação do serviço e que sejam decorrentes da legislação social previdenciária, trabalhista, tributárias e cíveis incluídas as indenizações

por acidentes, moléstias e outros eventos da natureza profissional e/ou ocupacional;

29.3. Responder, por escrito, sempre que solicitado pela Contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a todo e qualquer questionamento acerca do serviço;

29.4. Acompanhar, gerenciar, capacitar e orientar, periodicamente, seus profissionais;

29.5. Disponibilizar as gravações dos atendimentos sempre que solicitado, no prazo de 24h;

29.6. Oferecer profissionais habilitados e qualificados em Libras conforme legislação vigente;

29.7. Informar as especificações tecnológicas e de banda de internet para disponibilizar o serviço;

29.8. Disponibilizar e encaminhar relatório mensalmente, conforme mencionado no item 7 ou quando solicitados pela CONTRATANTE;

29.9. Comunicar, por escrito, qualquer alteração societária da empresa;

20.10. Disponibilizar os serviços à CONTRATANTE no prazo de 48 horas após a assinatura do contrato.

30. PERFIL DO PROFISSIONAL QUE IRÁ ATUAR NO SIL

30.1. TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS/PORTUGUÊS E PORTUGUÊS/LIBRAS

30.1.1. Formação em consonância com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 ou outra norma que vier a substituí-los;

30.1.2. Clareza e objetividade na Língua Portuguesa falada e escrita, urbanidade, boa dicção e audição, raciocínio lógico e conhecimento de informática básica, digitação, “Internet”, “Windows” e “Office”.

31. DO SIGILO OBRIGATÓRIO

31.1. A CONTRATADA, bem como os profissionais por ela fornecidos, compromete-se a manter sigilo escrito, verbal e/ou quaisquer outro acerca os dados, informações, materiais, técnicas e procedimentos utilizados na prestação dos serviços de intermediação – SIL.

31.2. A quebra de sigilo pela CONTRATADA, bem como pelos profissionais por ela fornecidos, sofrerão as medidas legais cabíveis.

32. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

32.1. No último dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá efetuar a apuração das horas e frações de atendimento efetuadas no respectivo mês, e, considerando os recursos contratados, elaborar o correspondente relatório contendo dias, horários e quantidades de atendimentos efetuados.

32.2. Para efeito de pagamento, as medições deverão ser realizadas com o seguinte procedimento:

32.2.1. No primeiro dia útil subsequente ao mês que os serviços foram prestados, a CONTRATADA deverá entregar o relatório contendo os quantitativos mensais descritos no item acima e os respectivos valores apurados.

32.2.2. Na hipótese de glosas e/ou incorreções de quantitativos e/ou valores, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a retificação do relatório, objetivando a emissão da Nota Fiscal Fatura.

32.2.3. Será considerado o tempo de atendimento efetivamente nos casos de atendimentos individuais e o tempo de disponibilidade dos intérpretes para os casos de tradução de eventos previamente agendados, tais tempos serão apurados da seguinte forma:

32.2.3.1. O valor dos pagamentos será obtido mediante aplicação do preço global contratado ao tempo contabilizado, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pela CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA.

32.2.3.2. Caso a medição não seja composta por número inteiro de horas será aplicado o fechamento proporcional à minutagem alcançada.

32.2.3.3. A aplicação de descontos indicados no item imediatamente acima não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão da não execução dos serviços.

32.2.4. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e, autorizando a emissão da correspondente Nota Fiscal Fatura, a ser apresentada no primeiro dia útil subsequente à comunicação dos valores aprovados.

32.2.5. As Notas Fiscais Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA para a CONTRATANTE e enviadas, em formato eletrônico, para a CONTRATANTE.

33. DO PAGAMENTO

33.1. O prazo de pagamento será de até 10 dias dias, a contar da data da emissão da Nota Técnica;

33.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

33.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data descrita no item 33.1 deste TR e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

33.3.1. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

33.4. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA;

33.5. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura;

33.6. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

33.6.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

33.6.2. Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;

33.6.3. Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

33.6.4. Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;

33.6.5. Folha de Medição dos Serviços;

33.6.6. Serão aceitas como prova de regularidade certidões negativas, positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

33.6.7. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

34. DAS SANÇÕES

34.1. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão no edital do certame.

34.2. SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da L. 8.666/93, na forma seguinte:

34.2.1 Indisponibilidade do serviço sem a comunicação à CONTRATANTE (item 10.3):

a) primeira e segunda ocorrências, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceira e quarta ocorrências, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura**

mensal referente ao mês de atraso;

c) quinta ocorrência poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

34.2.2 Atraso no cumprimento de determinações emanadas da fiscalização para adimplemento de obrigação por parte da Contratada:

a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

34.2.3. Demais atrasos dos prazos e as obrigações estipuladas nas obrigações da contratada e registradas neste TR, multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso até o limite de 05 (cinco) dias, a partir do sexto dia poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

a) primeiro e segundo atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 3% (três por cento) **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

b) terceiro e quarto atrasos injustificados de até 03 (três) dias, multa de 5% (cinco por cento), **calculada sobre o valor da fatura mensal referente ao mês de atraso;**

c) quinto atraso injustificado e atraso superior a 03 (três) dias poderá ser caracterizada a inexecução do contrato.

34.3. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

34.4. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, se a adjudicatária não celebrar o contrato (nota de empenho) ou se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

34.5. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).

34.6. Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

34.7. Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

34.8. No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

34.9. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

34.10. As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

34.11. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

35. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATOS

35.1. A gestão do contrato será realizada pela pessoa titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE e a fiscalização pela pessoa titular da Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, ou por seus substitutos.

35.2. Na gestão e fiscalização, a Administração deverá fazer constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato.

35.3. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento.

35.4. A operacionalização do contrato será iniciada na data da assinatura do Contrato no Sistema Eletrônico de Informações.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE JULIANA DE SÁ LEITÃO CRUZ, Chefe de Seção**, em 19/10/2022, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0922524** e o código CRC **7850A151**.

0000745-49.2022.6.22.8000

0922524v8

Criado por 008817792305, versão 8 por 008817792305 em 19/10/2022 10:39:49.